

Sentidos e práticas de paternidade: vozes de homens jovens em privação de liberdade

Jimena de Garay Hernández

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
Email: jime_degaray@hotmail.com

Anna Paula Uziel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
Email: uzielap@gmail.com

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
Email: m2nascimento@gmail.com

Gabriela Salomão Alves Pinho

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
Email: gabriela.pinho@ifrj.edu.br

Resumo: As reflexões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa cartográfica sobre gênero e sexualidade no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro realizada entre 2015-2017. A partir de entrevistas individuais, atividades em grupo e cursos com jovens e profissionais, este texto discute os diversos sentidos da experiência da paternidade para jovens pais em privação de liberdade, articulando-os com a produção de masculinidades nas trajetórias dos jovens, circunscritas em códigos de instituições como as facções do tráfico de drogas e o próprio Sistema Socioeducativo. Considerando o contexto de desigualdade social, racial, geracional e de gênero, exploramos de que forma a subjetividade capitalística configura práticas e relações de poder nas experiências de paternidade.

Palavras chave: paternidade, jovens em privação de liberdade, masculinidades.

Sentidos y prácticas de paternidad: voces de hombres jóvenes en privación de libertad

Resumen: Las reflexiones presentadas aquí forman parte de una investigación cartográfica sobre género y sexualidad en el Sistema Socioeducativo de Río de Janeiro, realizada del 2015 al 2017. A partir de entrevistas individuales, actividades en grupo y cursos con jóvenes y profesionales, este texto discute los diversos sentidos de la experiencia de paternidad para jóvenes padres en privación de libertad, incluyendo la forma en que dichos sentidos se articulan con la producción de masculinidades en las trayectorias de los jóvenes, circunscritas en códigos de insti-

tuciones como las bandas de narcotráfico y el propio Sistema Socioeducativo. Considerando el contexto de desigualdad social, racial, generacional y de género, exploramos de qué forma la subjetividad capitalística configura prácticas y relaciones de poder en las experiencias de paternidad.

Palabras clave: paternidad, jóvenes en privación de libertad, masculinidades.

Sense and practices of fatherhood: voices of young men in deprivation of liberty

Abstract: The reflections presented here are part of a cartographic research on gender and sexuality in the Socio-educational System of Rio de Janeiro from 2015-2017. From individual interviews, group activities and courses with young people and professionals, this paper discusses the various meanings that the experience of paternity has for young fathers in deprivation of liberty, connecting them to the production of masculinities in the trajectories of the youngsters, circumscribed in codes of institutions such as drug trafficking groups and the Socio-educational System itself. Considering the context of social, racial, generational, and gender inequality, we explore how capitalist subjectivity shapes practices and power relations in what we might call ostentation-paternity.

Keywords: fatherhood, young men deprived of liberty, masculinities.

* * *

Introdução

As discussões aqui apresentadas partem de uma pesquisa sobre sexualidade, gênero e juventude realizada de março 2015 a dezembro de 2017, em três unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (Novo Degase), sendo duas masculinas e a única feminina de internação do estado. Este texto tem como foco nossos percursos nas unidades masculinas.

O Sistema Socioeducativo executa as medidas socioeducativas aplicadas a jovens aos e às quais é atribuída a prática de ato infracional anterior aos 18 anos de idade. Ele é organizado tanto pelo ECA, quanto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, Brasil, 2012). No Rio de Janeiro, o Degase é o órgão responsável pela promoção da socioeducação aos(às) denominados(as) jovens em conflito com a lei.

Duas questões são importantes de serem sinalizadas no contexto da socioeducação no Brasil. Primeiramente, assim como o sistema prisional, as unidades socioeducativas masculinas são intensamente perpassadas pelos códigos e formas de organização das facções do narcotráfico que atravessam seus altos muros. Muitos jovens que chegam ao sistema socioeducativo são acusados de envolvimento com o narcotráfico ou de atividades relacionadas com o sustento financeiro e político das facções. Uma parcela faz efetivamente parte de diversos escalões dessas facções,

especialmente dos mais baixos. Desta forma, as regras das facções acabam modelando a vida em privação e restrição de liberdade, no que tange aos mecanismos de disciplina na delimitação de espaços, tempos e corporalidades, o que evidentemente perpassa as experiências de gênero e sexualidade.

Nesse contexto, a instituição acaba legitimando essas regras, aplicando-as a jovens que não fazem parte das facções, mas moram em localidades controladas por elas, o que em muitos casos faz com que eles adiram a tais organizações, pelo menos durante sua estada no Sistema Socioeducativo, ou sejam reconhecidos como pertencentes a elas. A segunda questão, relacionada com essa forma de organização, diz respeito à superlotação do Degase, parte de uma política de superencarceramento presente no contexto brasileiro, que faz com que a convivência nas unidades seja intensa, precária, extremamente tensa e, em alguns casos, letal. Batista (2006) afirma que “a intervenção penal não tem efeito reeducativo, mas determina a consolidação da identidade desviante. (...) Trata-se de compreender a ação seletiva das instâncias penais com um grande dispositivo de criminalização” (p.8).

Nossa pesquisa nas unidades masculinas explorou de que forma as performatividades masculinas atravessam e produzem as trajetórias na “vida do crime” e vão acionando os dispositivos de gênero, sexualidade, classe, raça, localidade e geração. Entendemos as performatividades masculinas enquanto agenciamentos locais, moleculares, através dos quais o sujeito como terminal investe e participa da reprodução, atualização, modificação, ressignificação e corporeificação de repertórios molares de gênero (de Garay, 2018)¹. Nesse contexto, um tema bastante presente é o da paternidade, o que nos provoca a pensar que dimensões de paternidade são produzidas/ produtoras de determinadas performatividades, e quais as modificam ou interpelam.

Nas trajetórias de muitos dos jovens, as facções de comércio de drogas ilícitas constituem um dos grupos produtores de masculinidades, promovendo, através de noções de pertencimento, o engajamento em práticas violentas e uma constante reafirmação de dominação e controle. Ou seja, as facções são organizações modeladoras que “lidam e subvertem a exclusão social e os valores capitalísticos² reforçados pelas diversas instituições-organização, onde os homens são geralmente protagonistas” (de Garay, 2018, p.201)

Existem certos mecanismos que se apropriam da precariedade e dos valores capitalísticos para atrair e cooptar jovens, segundo suas narrativas, a partir dos nove anos, oferecendo o que uma sociedade desigual insiste em cercar, o que eles chamam de “ostentação”. O status e a “ostentação” são ofertados pelas facções do tráfico através de itens que a entrada nelas permite obter, como motocicletas, roupas de marca, jóias, armas e mulheres (na sua objetificação). Assim, a “ostentação”, entendida como dispositivo de distinção social, se converte em um crivo primordial na produção de

performatividades masculinas. O que também se traduz em cobranças e pressões. Frente a isso, alguns jovens se aproximam, outros não, e têm suas práticas se dobrando e/ou desdobrando em políticas comunitárias específicas e sendo submetidos a normas concretas que estimulam valores capitalísticos e machistas. A exclusão se articula com essa subjetividade capitalística e com a disputa de performatividades masculinas, operando nas instituições e produzindo os repertórios dos jovens, sempre em relação com outros homens jovens que não se “envolvem” nas facções, mulheres jovens que não se “envolvem”, mulheres jovens que se “envolvem”, dentre outras. “Nesse contexto, é importante considerar a heterogeneidade de trajetórias e envolvimentos” (de Garay, 2018, p.128).

Isto também permeia as experiências de paternidade dos jovens. Uma grande parcela dos jovens do Degase é pai ou tiveram parceiras sexuais que engravidaram e abortaram, na maior parte das vezes, parece, de forma espontânea. Nesse universo, existe diversidade no que tange ao contato com as crianças, à continuidade da relação conjugal com as mães delas e à recepção de visitas desses(as) filhos (as). Inclusive, alguns têm filhos(as) com mais de uma parceira, e a relação com cada uma e com as crianças é diferente. Desta forma, embora o escopo da pesquisa seja maior, neste texto focamos nos participantes jovens pais, trazendo seus relatos, inquietações e projetos sobre paternidade, assim como alguns relatos de profissionais a respeito dessas experiências.

Metodologia

A pesquisa foi orientada pela perspectiva metodológica da cartografia, que pode ser descrita como um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. (...) sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem... (Rolnik, 1989, p.15).

A pesquisa cartográfica constitui um coletivo de forças que se configura de forma rizomática, ou seja, de multiplicidade sempre variável, em uma dimensão de criação de outras ordens possíveis e imprevisíveis, na complexificação do mundo e da vida, em contínua tensão. Álvarez e Passos (2009) insistem no caráter territorial da cartografia, remetendo-se ao plano onde se faz a diferença. Ou seja, durante o percurso da pesquisa, a partir da deambulação, da desorientação, vai se constituindo um mapa, com as nuances, com os movimentos. Desta forma, a discussão “é no sentido da experimentação, pensando a pesquisa não como algo que pretende apreender formas fixas, pré-existentes, mas compreender movimentos e transformações” (Hillesheim, da Cruz e Somavilla, 2008, p.55).

A partir desta perspectiva, foram realizadas atividades e entrevistas em grupo e entrevistas individuais, bem como foram oferecidos cursos sobre a temática a profissionais das unidades, com participações de grupos de jovens em alguns momentos. No total, participaram da pesquisa 198

jovens homens e 68 mulheres de 14 a 21 anos, bem como 91 profissionais, incluindo agentes socioeducativos(as), equipe técnica (psicologia, pedagogia, serviço social, terapia ocupacional, enfermagem, medicina), docentes das escolas alocadas dentro das unidades e direção. Focamos em unidades onde são cumpridas medidas de internação que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), só devem ser aplicadas mediante a prática de atos infracionais graves, não podendo ultrapassar três anos.

Nesse percurso, utilizamos diversas técnicas que buscavam produzir discussões sobre experiências dos jovens nas suas trajetórias, incluindo a passagem pelo Degase. Além de entrevistas abertas individuais com jovens e entrevistas abertas em grupo com profissionais, realizamos atividades em grupos de 08 a 15 jovens, utilizando disparadores como fotos, vídeos e músicas. Também propusemos algumas atividades de produção, tais como inventar a história de um personagem a partir de uma silhueta desenhada por eles. Igualmente, oferecemos cursos de extensão direcionados a profissionais do Degase, visando traçar planos comuns de experiência e compromisso com os Direitos Sexuais e Reprodutivos das e dos jovens que ali se encontram. Com essas/es profissionais que se constituíram como parceiros/as da pesquisa, desenvolvemos algumas atividades, tais como rodas de conversa, cineclube e apresentação de teatro. Fomos também convidados/as a propor uma atividade no contexto da Semana do Bebê³ organizada pelo próprio Degase, com jovens pais e mães. Nela, solicitamos que as e os jovens elaborassem sua própria árvore genealógica e que compartilhassem suas histórias e cotidianos familiares. Na unidade masculina onde a realizamos, participaram 35 jovens pais.

Uma preocupação central dessas atividades foi explorar a heterogeneidade de vivências e projetos, tentando superar um discurso homogeneizador repetido pela instituição e pelos próprios jovens. Como já foi mencionado, neste texto trazemos a discussão sobre as experiências de paternidade dos jovens, focando no que apareceu nas unidades masculinas.

Resultados e discussão

A heterogeneidade mencionada nos permitiu explorar diversos sentidos de paternidade, configurados nos atravessamentos de instituições como as facções do tráfico, o Degase, a religião, as escolas, dentre outras, assim como os dispositivos de gênero, sexualidade, raça, classe, geração e localidade que se entrecruzam e nos definem.

Realizar atividades como a Semana do Bebê, assim como outras iniciativas, pretende garantir que os jovens pais tenham acesso a seus filhos(as) e possam discutir sobre paternidade, enxergando-a como um direito. Embora não se discuta a convivência com filhos (as) nos estabelecimentos, como no caso das mulheres jovens em privação de liberdade, busca-se promover

que filhos (as) visitem seus pais. Muitas vezes estas visitas são previstas no relatório técnico de cada jovem, para estimular a relação de paternidade e como parte do processo rumo à saída da medida de internação. Esta indicação pode servir como instrumento na construção das decisões judiciais acerca do cumprimento da medida socioeducativa, que passa a considerar as obrigações que a relação de paternidade exige como uma saída para que o jovem “se afaste de atividades ilegais”.

O fato de muitos jovens em privação de liberdade serem pais é um dado recorrentemente utilizado por quem defende a redução da idade penal, argumentando que os jovens se envolvem em experiências de adultos, e dessa forma, deveriam ser penalmente tratados como tal. Assim, são tensionados os dispositivos de geração, sexualidade e gênero. Nesse sentido, um ponto importante nas narrativas dos jovens diz respeito à responsabilidade que ser pai implica, trazendo à tona as performatividades masculinas exercidas no fato de “assumir” a paternidade. Por exemplo, Adán⁴ (16 anos, negro), aponta:

eu sei que se eu fizer, vou ter que bancar, eu vou bancar, eu sou sujeito homem e vou, como, não vou ser esses caras que às vezes, como, engravida a mulher, deixa o filho pra lá, fala que não é dele. É um bagulho doidão, esses cara aí. Aí o filho nasce sem pai, o bagulho é foda.

Nessa mesma direção, Bernardo (18 anos, negro) aponta uma série de tensões entre as performatividades masculinas no que diz respeito às noções e exercícios da paternidade e ao seu “envolvimento” na “vida do crime”:

Bernardo: Ah, eu não tava nem preparado pra esse negócio não. Eu não sabia que ela tava grávida não, depois de um certo tempo que eu tava roubando bastante, que como tinha esse problema que eu brigava bastante com ela, eu ficava cinco, seis dias fora de casa, sabe? Roubando, traficando. Aí depois quando eu fui chegar na boca o cara foi falar comigo, um menor que trabalha lá pra mim, foi falar “pô, tua mulher tá grávida”, “tá grávida de quem?”, “de tu, pô”, aí eu falei “tá maluco que a mulher tá grávida de mim?”. Eu pensei que ela não tava grávida, falei que era até sacanagem, filha, “pô, tá maluco? É meu filho?”. Aí depois eu, “pô, será que é meu mesmo?”. Aí como, nós foi fazer um teste lá, na moral, saiu um papel, “ah, o filho é teu, filho”, e mesmo que não fosse meu eu criava, porque tipo assim, às vez, quando eu cresci minha mãe falou assim comigo: “meu filho, nunca tenha filho antes do tempo, mas se você tiver, banca o seu bagulho, cria seu filho”. Tipo assim, pai não é o que faz, pai é o que cria. Fazer é fácil, criar não é fácil, agora o que tem que fazer é criar. Mesmo se não fosse meu, filha, ia criar do mesmo jeito, filha. Porque existe o sofrimento da mãe, o sofrimento da criança. Não vou deixar a criança passar fome. Não vou deixar. Ainda mas ela, pô, tirei a mulher daquela vida ali, hoje em dia a mulher tem casa, tem trabalho.

Pesquisadora: Ela trabalha com que?

Bernardo: Ela trabalha também em casa de família, sabe? Mas ela ganha o dinheiro dela, ela é carteira assinada. Ganha o dinheiro bem, dá pra sustentar a criança agora. Agora, o dinheiro que vem, vem de mim também, sabe? Eu coloco o que, 600, 700 reais, pra ela lá.

Pesquisadora: E agora que você tá aqui, alguém tá dando esse dinheiro pra ela?

Bernardo: Tá sim, pela minha postura na boca de fumo.

Pesquisadora: E pra você o que é criar, além de dar dinheiro?

Bernardo: Ah, tem que estar do lado da criança, que é o seu crescimento, filha. Tem que ficar. Porque um filho sem pai vai chegar... porque tem gente que fala assim, “ah, você tem pai”, mas se seu pai te desertou, se o pai não quis você, agora tu já cresce com “pô, meu pai não me quis, aí já fica com aquele ódio”, aí vai que um dia eu volto com meu filho lá e meu filho fala “ah, você não é meu pai, você não quis ficar comigo”, sabe? Eu já não. Eu to nessa vida aqui, mas posso mudar. To nessa vida aí pra ficar tranquilo.

Pesquisadora: Não, ela é daqui. E aí na gravidez você ia no médico, essas coisas?

Bernardo: Pré-natal, essas coisas assim, eu não fui.

Pesquisadora: E durante o parto, você tava?

Bernardo: Eu não tava nessas coisas aí não.

Pesquisadora: Mas você tava no hospital?

Bernardo: Tava.

Pesquisadora: E o que você sentiu quando viu?

Bernardo: Ah, eu vi, minha filha, eu olhei, pô, será que eu vou tar pronto pra essa responsabilidade?, só vi a criança, aí ficou passando na minha cabeça várias coisas, “posso criar, ou posso ir embora, deixá-la pra trás”. Mas tipo assim, a mulher já como, a mulher já fazia programa, vai criar o filho sozinha? Aí é fogo, vai jogar o filho no internato, internar o filho dela, não conseguir, deixar o filho pra trás porque não pode criar, aí a criança crescer e não ter o pai e não ter a mãe. Agora, eu podendo ajudar, ajudo mesmo... pra mim foi, um impacto pra mim.

Três aspectos sobre a relação com a paternidade despertam a atenção neste trecho de conversa com Bernardo. Em primeiro lugar a ideia de que a paternidade é uma opção, mesmo que a mulher já esteja grávida: ele pensa em não assumir quando sabe e em ir embora quando vê a filha e pensa se vai “dar conta”. Dá sustento a esta possibilidade uma concepção já consagrada em música: “como pode querer que a mulher vá viver sem mentir”. Apesar da desconfiança inicial, a fala de sua mãe parece se sobrepor à esta perspectiva machista, substituída pela concepção de masculinidade que lhe imprime responsabilidades. Além disso, reforça uma concepção tradicional de que o encargo da parentalidade é do âmbito feminino.

O segundo ponto remete ao que estamos nomeando como “paternidade-ostentação”, configurada por práticas e relações de poder produzidas no contexto de desigualdade social, racial, geracional e de gênero.

A mãe da criança trabalha e tem que garantir o sustento e o dinheiro dele é um a mais. E não é pouco, praticamente um salário mínimo que, apesar dele não dizer nitidamente como deve ser utilizado, “coloco pra ela lá”. E diz ainda: “eu podendo ajudar, ajudo mesmo”. É um dinheiro do qual a mulher pode dispor para a criança. O terceiro ponto diz respeito ao acompanhamento do crescimento da filha, sua presença na vida dela.

Na atividade da silhueta, em que a proposta era construir um personagem masculino e criar uma história para ele, os jovens negociaram entre eles a respeito da vida do personagem:

Benjamin: O cara trabalha numa fábrica

Pesquisadora A: Como ele chegou ali?

Benjamin: Fez um curso técnico de Petróleo, gás e logística. Pode ter uma tornozeleira porque já foi preso.

Giovanni: Não, isso vai estragar ele.

Benjamin: Então passou pelo Sistema Socioeducativo na adolescência dele, se envolveu no latrocínio porque era viciado. Ficou três anos, dos quinze aos dezoito. Saiu de lá com a cabeça modificada e deu um outro rumo na vida. Já na rua, conhece uma mulher e se apaixona.

Pesquisadora B: É a noiva? Tem uma aliança desenhada aí.

Benjamin: sim. Mas quero complicar mais a história. Ela era uma mulher que se vende, e não cuidava bem da criança que tiveram, então ele decidiu pegar a criança e cuidar dela sozinho. A criança é um menino que atualmente tem catorze anos. O cara tem quarenta.

Pesquisadora A: Tem o cabelo raspado?

Benjamin: Não, é careca pela vida difícil que levou. Também tem umas rugas na testa. Ele e o filho moram sozinhos numa casa muito legal, no interior. O cara passa a história de vida para o menino, para o menino não repetir os erros dele.

Pesquisadora B: O que que ele faz além de trabalhar?

Everardo: Joga *videogame*.

Benjamin: Ele não é moleque!

Everardo: É para estar com o filho.

Benjamin: Ah, tá bom.

Giovanni: Gosta da balada, do baile funk, só depois que o filho dorme, porque aí não tem mais que pagar a babá.

Pesquisadora A: Como é a vida sexual dele?

Giovanni: Pega algumas na balada, mas são interesseiras porque ele parece ter dinheiro, e ele usa a aliança para espantar elas, porque não é noivo de verdade.

Everardo: Ele pula o muro para visitar a vizinha à noite.

Benjamin: E ele está interessado na professora do filho, coisa que o filho não curte muito, porque nenhum filho gosta.

Pesquisadora B: E esse brinco na orelha?

Benjamin: Pois É, eu que desenhei, mas não é bom, vai perder a postura da empresa.

O personagem conhece uma mulher e se apaixona, apontando para uma relação ainda bastante direta entre conjugalidade e paternidade, que

escapa em alguns contextos como conta Fonte (2014) em sua dissertação de mestrado com homens de camadas médias de Recife, e que Benjamim assume, quando diz que o homem criado não acredita na capacidade de uma mulher que se prostitui cuidar da prole e se incumbe dos cuidados.

Escutamos também que a paternidade é uma razão para sair do tráfico ou da vida do crime, tanto em jovens que ainda não são pais, quanto nos que já são. Leonel, por exemplo, expressou vontade de ter filhos, “mas não agora, só depois que sair dessa vida. Sair um dia, arrumar uma mulher decente e trabalhar. Hoje tenho o pensamento de mudar, mas lá fora pode ser diferente”. Isso também foi observado por Machado (2004), numa reinvenção da masculinidade que não cultua mais a agressividade, onde “ser pai o seduz para uma nova forma de reconhecimento, a posição de homem” (p.68). Também chama a atenção a caracterização da mulher que vai buscar: decente.

Nesse sentido, Bernardo aponta:

Bernardo: Tinha vez que deixava até entrarem com meu filho em casa. Aí é fogo. Uma casa, que o pai não trabalha... tipo assim, um local que o pai não trabalha de administrador, não sabe administrar a vida da família, filha, acaba sendo um ambiente... um ambiente ruim. Pra me criar uma criança, o pai traficante, o filho dentro de casa, recém-nascido, no tráfico de drogas é questão difícil, né, do filho crescer, arrumar um trabalho, um conhecimento da vida. Aí agora que tô aqui tô pensando mais em, como, ficar mais do lado do meu filho.

Pesquisadora: E você acha que mesmo separando da mãe dele você conseguiria ficar por perto?

Bernardo: É. Mas também, se a mãe quiser criar ele, filha, por mim tranquilo, pelo menos, tipo assim, com, foi isso que aconteceu, tipo ainda não tô em condição de ter essa responsabilidade toda, mas já que já veio até o mundo, que o filho veio até o mundo, porque não vou criar ele não? Tem que criar, mesmo ele estando com a mãe, tem que pedir visita pro meu filho, tranquilo.

Pesquisadora: Ele vem pra cá visitar?

Bernardo: Não, não gosto que ele vem pra cá não, porque aqui é um ambiente muito pesado, muito colocado aqui, filha, imagina, meu filho agora ele tem dois aninho, quando ele estiver fazendo cinco, que ele já fala já “papai”, “mamãe”, alguma coisa. Imagina ele com cinco, seis aninhos, vindo pra cá me visitar? Como, um ambiente desse, vários cara preso... é fogo, filha, não quero que ele passe uma situação dessa daqui. Quero sair daqui e mostrar diferente pra fora.

Além de não se sentir preparado, como também apontado acima, Bernardo não acha o ambiente do Degase apropriado para receber seu filho, não seria um bom exemplo.

Israel (18 anos, negro) disse que quando sair do Degase quer “arrumar uma namorada, quero fazer um filho”, para “pra me... focar em outra

coisa. Porque se não tiver uma coisa pra me focar, eu vou voltar a fazer besteira de novo”. Por sua vez, Jesus (17 anos, negro) disse: “podia estar morto, podia estar com meu filho. Meu filho não poder ter o pai verdadeiro dele, eu não poder, como dar um rolé [passear], que eu gosto, com a família, poderia estar aproveitando a família. Pensei nisso, quando sair daqui aproveitar a minha mãe, dar um rolé com a minha mãe, com meu filho”. Como apontado por Bernardo: “nunca faltou nada com meu filho, sempre teve roupa de marca, tipo, fazer o que, filha, uma hora a casa cai”.

Durante o período de internação no Degase, o pedido de mudança de alojamento caminha na mesma lógica, uma tentativa de estabelecer outro tipo de relação com o ato infracional, resistir às tentações.

Bernardo: Já passei pelo convívio já.

Pesquisadora: E por que você desceu?

Bernardo: Eu desci pra cá porque, tinha um pique da cadeia de maior, aí vim pra baixo pra ficar mais tranquilo, pra eu ficar mais na medida certa, pra mim sair daqui, porque eu tenho filho na pista, tenho mulher na pista também. Quero ficar tranquilo, pra mim sair daqui mais rápido possível.

Pesquisadora: Mas você pediu pra descer, ou eles te mandaram?

Bernardo: Eu que pedi pra descer. To com saudade do meu filho. Só não sei se vou ficar com a minha mulher na pista não, porque sempre aparece coisa melhor, né?

É importante pensar que noções de “adolescência” caracterizadas como uma etapa de vida de instabilidades e irresponsabilidade fazem com que a parentalidade nesse período, quase sempre restringida à maternidade, tenha sido compreendida como um “problema social”. Por outro lado, se assume a parentalidade na vida adulta como sempre planejada e desejada por ambas pessoas, não ensejando instabilidades e irresponsabilidades (Orlandi e Toneli, 2005; Barker, 2008).

Percebemos que a paternidade é muitas vezes vivenciada pelos jovens como uma forma de ser uma referência, o que traz oportunidades e desafios. Nessa atividade, vários jovens falaram da importância de “dar um bom exemplo” para os filhos. Alguns enunciaram os pais como referência de homem, no momento em que “apesar de ter dado maus passos, hoje é um homem de bem”, ou como expressado por Jhosivani (16 anos, negro): “quero ser igual meu pai, porque ele já passou por essa vida, aí hoje em dia ele mudou bastante, então eu queria ser igual a ele”. Esta imagem esteve presente no desenho do personagem que construiu uma paternidade mais presente e ativa, inclusive sem cônjuge, como parte de uma “nova vida”, “longe do crime”, o que não fez com que parasse de frequentar festas e se relacionar sexualmente com variadas mulheres. Outras moralidades em disputa.

Outro sentido percebido é a importância de ter uma continuidade e deixar marcas no mundo. Alguns jovens expressam uma emoção e um orgulho de ter filhos(as), como Marcial (16 anos, branco), que, em uma atividade em

grupo, pegou uma foto de uma mulher grávida e disse “caramba, tinha que cair comigo, porque vou ser pai!”, dizendo que tinha recebido a notícia dois dias antes e se emocionou muito quando soube: “até” chorou, “porque é meu filhote, né!”.

Na maioria das experiências, a procriação raramente é planejada, embora existam algumas exceções. Marco (16 anos, branco) disse que ele deliberadamente deixou de usar preservativo porque queria ser pai, como também Jesús: “depois que eu tomei o tiro, que eu fiquei com isso na mente, que eu quase morri, quase fiquei paraplégico, aí fiquei com medo de não poder mais fazer filho, aí eu como, fui lá e fiquei com isso na mente, fazer um filhinho nela”. Na maioria dos casos existe uma naturalização do desejo de procriar, muitas vezes mais ligado a uma transcendência biológica do que a uma experiência de vida, embora poucos jovens expressassem não ter esse desejo.

Assim, deixar sua marca no mundo é visto como comprovação da virilidade e valorização da performatividade masculina. Essa dimensão aparece em muitos momentos como mais importante do que o vínculo cotidiano. É por isso que muitos relataram a importância de fazer o exame de sangue para comprovar que a criança era efetivamente deles e, aí sim, “assumir e dar o nome”.

Em um grupo, Cutberto (17 anos, negro) disse que “ficava” com uma jovem que posteriormente “apareceu” grávida, diante do qual a mãe dele disse que ele podia ser o pai, mas não houve nenhum reconhecimento dessa gravidez, pois segundo ele, foram boatos que não ficaram comprovados.

Muitos jovens falaram da vontade de ter vários filhos(as) e com mulheres diferentes. Jonas (17 anos, negro) disse que seu pai teve 10 filhos(as), então ele queria ter 11. Percebemos, então, uma possível disputa de masculinidades, de virilidade com o pai. Magdaleno (17 anos, branco) disse que “nessa vida a gente tem que ter muitos filhos, espalhar várias sementes”. Igualmente, escutamos várias narrativas que afirmavam a importância dada a engravidar as jovens com as quais se relacionam. Julio (16 anos, branco) lembrou que saía com uma mulher e que ele era “doido para engravidá-la”, às vezes eles bebiam, ela dizia que queria engravidar (apenas quando estava bêbada, normalmente, ela não queria) e ele tentava gozar dentro. Perguntamos se o desejo da mulher de querer ser mãe não contava e ele respondeu que sim, mas naquele momento com aquela mulher ele tentava mesmo era ter um filho.

Estamos também falando sobre práticas sexuais e a prevenção, no momento em que alguns relataram que não utilizam camisinha tanto por acharem mais prazeroso, quanto por permitir realizar mais plenamente o que entendem como um dos planos da virilidade, impedindo as mulheres de tomarem pílula para prevenir uma gravidez. É preciso dizer que muitos jovens se posicionaram contra o aborto. Em um grupo, disseram que não deixariam

a namorada fazer um aborto, pois “se a pessoa engravidou mesmo se prevenindo foi porque Deus quis”.

Maurício diz que só conheceu o pai quando tinha oito anos. Casado há seis anos, diz que sua companheira engravidou um pouco antes de ele cumprir medida, mas teve um aborto com três meses de gravidez. O filho foi planejado e diz que assim que sair vão tentar engravidar novamente e que será um “pai babão”. Na atividade da árvore genealógica, um jovem apontou que a pior coisa que poderia acontecer é “que meu filho chame outro de pai”, revelando uma noção onde o nome e o sangue, como sustentadores da sua virilidade, são mais importantes do que o processo concreto e cotidiano de criação de um filho, que seria responsabilidade da mulher. No entanto, alguns divergiram desse posicionamento, relatando relações muito significativas com padrastrós ou companheiros das avós, que “cuidaram como se fossem seus”. Duas profissionais relataram casos de jovens que também assumiram os cuidados de crianças que não eram seus(uas) filhos(as) com mulheres mais velhas, o que para elas seria um “ato de responsabilidade que muitas vezes adultos não têm”.

Leonel diz que pretende ter um casal de filhos, porém, após sair “dessa vida”, pois não iria gostar de ver “outro vagabundo” cuidando de sua mulher e filha, que poderia chamar esse outro homem de pai. De forma semelhante, Julio sinalizou: “igual eu penso em ter um filho, já pensou eu ter um filho, aí eu vou preso pra de maior, fico lá 10 anos, saio com 10 anos meu filho tá aqui na rua, minha mulher apanhando de um homem, meu filho apanhando de outro homem também. Outro homem educando meu filho não do jeito que eu queria”. Um profissional também relatou ter ouvido jovens falando: “tem um otário lá para bancar meu filho”. Perspectivas distintas, ambas pensadas a partir de suas ausências...

A questão da função de provedor entra em cena, potencializando e complexificando as pressões capitalísticas e sexistas, onde se abre a possibilidade de oferecer à criança um estilo de vida que o jovem não teve acesso. A dificuldade em se pensar o homem fora da tarefa de provedor, ainda que a esfera do cuidado apareça de forma bastante significativa, encontra eco na nossa pesquisa e no estudo de Toneli et al (2006) desenvolvido com três casais de camadas populares no sul do Brasil. Nesse sentido, José Luis disse que ele sustenta o filho com o dinheiro da “vida do crime”, única ocupação que ele reivindica conhecer, afirmando que “Vim pra matar, roubar e destruir”. E em seguida completa, “posso passar fome, mas meu filho não”. Os jovens destacam de que forma seu envolvimento nas facções garante que o jovem possa oferecer certo status econômico às crianças, apesar da pouca durabilidade dessa situação diante da possibilidade da morte ou do encarceramento. Foram apontados por profissionais casos de jovens pais que ao sair do Degase voltaram para o tráfico para sustentar as famílias.

A insistência na função de provedor não significa que todos sejam conscientes dos gastos permanentes que uma criança exige, como sinalizou

Leonel (18 anos, negro) ao relatar que, ao expressar o desejo de ser pai para a sua mãe, ela tinha falado que “não é tão fácil assim, tem que cuidar, comprar os bagulho pra ele...”. Nesse sentido, um jovem ficou muito orgulhoso de ter três filhos (as) a caminho, mesmo que não os conheça por estar no Degase. Quando perguntamos o que faria com três crianças, ele disse que compraria um carrinho com três lugares, o que nos provocou risos aflitos e curiosidade ao pensar que isso solucionaria a complexidade de ter três bebês simultaneamente.

Assim, estando cientes da instabilidade de suas vidas, alguns jovens buscaram se afastar das suas famílias para não colocá-las em risco, inclusive porque precisam estar preocupados em sobreviver ou não ser preso. Em suas narrativas, o projeto de uma paternidade mais ativa não aparecia em seu horizonte antes da entrada no Degase.

Saul relata as emoções sentidas na situação de privação de liberdade e como essa experiência provocou uma reflexão nesse sentido:

eu tenho uma filha de quatros anos já... Minha filha tem quatro anos... Fez quatros anos sábado passado... Pô, minha mente fica como... Nem tô lá vendo minha filha, minha mãe... Igual eu... Já tô um mês sem visita... Um mês... Lá onde que minha mãe mora, tá dando enchente agora, tá chovendo pra caramba... [...] Sendo que quando eu tava na rua, não dava muita atenção pra minha filha... Ficava mesmo na bagunça com outra mulher lá... Os cara falava: “qual é? É sua filha”. Quando fui preso agora, parei pra pensar... Filho é filho. Querendo ou não, bateu saudade mesmo... Minha vontade é eu sair daqui o mais rápido possível, pô, se eu pudesse...”

Alguns pensaram essa questão estando privados de liberdade, reparando de que forma essa nova situação desestabiliza suas famílias, tendo que recorrer às famílias de origem, especialmente “trabalhadores (as)” que não estão envolvidos (as) na vida instável do narcotráfico, para cuidar e sustentar companheiras e filhos (as). Destarte, enquanto a “ostentação” é do “bandido”, o sustento é do “trabalhador”, termos utilizados por eles como categorias de vida, e o cuidado é responsabilidade da mãe da criança e, em algumas ocasiões, da mãe do jovem também.

A paternidade é referenciada como constitutiva da ideia de honra: ela parece reforçar e consolidar o valor da função de provedor, fazendo paulatinamente “nascer” o sentimento de responsabilidade. Um grande silêncio permanece sobre a paternidade enquanto sentimento na relação com os filhos. Este silêncio está inscrito na redução da paternidade ao valor do provimento e ao poder de controle que dele deriva (Machado, 2004, p.53).

De todo jeito, nos parece mais do que necessário, “desexplicar” a relação direta entre família, paternidade e criminalidade, como propõem Moreira e Toneli (2014), fazendo uso de um termo de Manoel de Barros.

Nesses relatos vemos diversas noções da “paternidade-ostentação”, incluindo a garantia de itens que reforçam seu status; participação na educação que não precisa ser cotidiana, mas a autoridade precisa ser reconhecida – por parte dos (as) filhos (as) e de suas mães. Desta forma, a “ostentação” está relacionada ao que se dá à prole, mas também com a prole em si, no momento em que engravidar significa ser potente como homem e a criança é um resultado que pode ser exibido. Talvez pudéssemos arriscar algo como um excesso necessário, um a mais com o qual é bom contar; necessário porque constitutivo dessa performatividade masculina em evidência.

Assim como as trajetórias parentais parecem ser delimitadas pelo envolvimento nas facções, alguns jovens percebem essas dimensões da vida como independentes e de possível coexistência, como Saul: “A vida da gente é essa... Ajudar os morador... Cuidar dos nossos filhos... a vida da gente é essa. A gente gosta de ostentar também, não é só cadeia que a gente fica tirando não”.

Outro jovem disse não gostar que seu filho vá visitá-lo, pois “o ambiente é muito pesado” e seu filho o veria de cabeça baixa, o que além de estar relacionado com a precariedade e a violência do lugar, se vincula com a performatividade masculina indesejada, como já foi apontado anteriormente ao falar da referência que os jovens pretendem ser.

Por outro lado, uma profissional contou que a mãe da filha de um jovem não estava mais levando a criança para a visita, porque estava namorando outro homem, o que estava deixando-o “muito chateado”. Diante disso, a profissional ligou para a mãe do jovem e pediu para entrar em contato com a jovem, dizendo que ao ter registrado a criança, o jovem tinha direito de receber sua visita.

Nesse sentido, é interessante pensar na relação entre paternidade e conjugalidade, mencionada acima com outro propósito. Alguns jovens relatam ter tido filhos (as) com outras parceiras sexuais e assumi-los (as) enquanto estavam em uma relação estável com outra mulher, o que às vezes gera conflitos com ou entre as companheiras. Uma profissional falou que em algumas ocasiões, as mulheres não sabem da existência de outros (as) filhos (as) do jovem, o que exige negociações para as visitas familiares. Em outro momento, um jovem nos relatou que em uma visita, a companheira levou uma criança, filho dele com outra mulher, da qual ele não tinha conhecimento. Assim, a passagem pelo Sistema acaba reconfigurando as relações filiais e conjugais.

Martín diz que “devemos respeitar as mulheres, pois precisamos delas para cuidar das crianças”, o que sugere a relação da paternidade com a conjugalidade ou a necessidade de uma boa relação com a mãe, para continuar vendo os filhos. Magdaleno diz que não via mais a filha, pois tinha se separado da companheira, mas que não estava “nem aí”, pois nunca estava em casa e não tinha a prática de cuidar da filha. Já Luis tem

uma filha de quatro anos com quem não tem contato, apenas a mãe dele vê a neta.

Dessa forma, vemos que o machismo impera. A decisão por ter filhos(as) pode ser exclusivamente masculina, mesmo que para isso seja necessário o uso de violência. O corpo da mulher pode ser usado pelos homens, incluindo para a geração de um bebê, sem que haja necessariamente nenhuma relação entre gerar o (a) filho (a) e se ocupar ou se responsabilizar por ele (a). Por exemplo, dentre as diversas falas de violências contra as namoradas, um deles contou que uma vez “pegou” a mãe do seu filho cheirando “loló” na rua, enquanto estava grávida, e por isso ele bateu muito nela, porque o filho era dele e ela não podia usar droga enquanto estivesse grávida.

Em relação à educação dos filhos, há uma diferenciação na criação de homens e mulheres. Jonas diz que, com filha menina, ele preencheria o tempo dela, colocando-a em balé e curso de inglês para que ela não tivesse tempo de se envolver com outros homens, principalmente traficantes.

É recorrente o desejo deles de ter filhos homens para continuar sua descendência. Em grupo, apontam com orgulho: “vão falar que seu pai era foda e que você é foda igual a ele.”. Contam ainda que quando seus filhos, do sexo masculino, estiverem bem novinhos, “tipo uns nove anos”, vão levar a mais “rodada” do morro para fazer sexo com o filho e ele junto, enquanto a “patroa” (a sua mulher, mãe do seu filho) estiver fora de casa. Perguntamos sobre o uso do preservativo nesta situação e ele diz que o filho deve usar porque o “moleque é novinho”.

As filhas devem ser cuidadas pelas mães, para deixá-las “bonitinhas” ao escolher roupas para elas. Também, elas “podem dar muito trabalho”, segundo Carlos (17 anos, negro). Jonas (17 anos, negro) disse que “preferia menino, mas eu gostava de uma menina também”. No caso dos filhos, nota-se a intenção da perpetuação de certa performatividade, como na fala de Jesus sobre o que pretende fazer com seu filho: “dar um rolé com ele, jogar uma bola, soltar uma pipa, ensinar as coisas que não deve pra ele, que eu já passei, que eu vou ensinar, vou falar pra ele, não vou esconder dele, “filho, já fiz isso, não é bom, já quase morri, já passei por várias dificuldades, e não é maneiro, é melhor você pedir pra mim, falar comigo o que tá precisando, vou dar um jeito, do que fazer o que eu fiz na vida”. Quando, em um grupo, Jose Angel (17 anos, negro) disse que se tivesse um filho gay, o mataria, José Eduardo (15 anos, negro) divergiu, dizendo que se ele tivesse um filho gay ou uma filha lésbica, “nunca ia bater, ia tentar falar com eles, mas se decidirem continuar, tudo bem”.

No que tange às práticas de paternidade, vários jovens relatam não ter participado do processo da gravidez e nem do cotidiano das crianças, não apenas por estarem presos, mas porque “na vida que nós leva não dá tempo”, como expressado por Mauricio (17 anos, negro). Alguns deles sabem que vão morrer cedo e por isso querem ter uma vida sexual “precoce

e ativa”, avaliou uma profissional. Como apontado por Orlandi e Toneli (2005), a naturalização da maternidade, que inclui a atribuição de todos os direitos parentais, “corresponde à essencialização da não-paternidade do homem, sendo estes dois processos interdependentes, não complementares, nem fixos” (Orlandi e Toneli, 2005, p. 257). Se destaca a responsabilidade da parentalidade e o seu destino como designados às mulheres (Nascimento, Segundo e Barker, 2011), noção reproduzida constantemente na sociedade através das suas instituições. Em uma ocasião, Carlos (17 anos, negro) se referiu a uma jovem grávida como “estragada”. Não nos pareceu que se referisse somente ao fato de ela não ser mais virgem, mas carregar em si, na barriga, a marca indelével de outro homem. No caso dos homens, a paternidade traz diversos status e responsabilidades de “homem” que podem ser acionados ou não, embora, como já foi apontado, existam discursos que reafirmam a importância de “banca” a paternidade.

As profissionais relatam que a maioria dos jovens não tem “pai presente”. Também percebemos uma presença maior de mulheres na visita familiar, reafirmando um discurso de responsabilização que a instituição e a sociedade fazem das mães nas trajetórias dos jovens. Assim, por um lado vemos uma produção de determinados modelos, o que corrobora o que imaginam para suas próprias paternidades, apesar de muitas vezes criticar esses modelos, como relatado por um profissional, que escutou o caso de um jovem que “reclamava muito de que o pai fez questão de botar o nome todo no registro, mas nunca quis lhe conhecer”. Ele também disse que “muitos estão revoltados com o pai, justamente por essa violência ou ausência”. Leonel (17 anos, pardo) fala que quer fazer diferente do que fizeram com ele, que ser próximo do seu filho.

No entanto, alguns jovens falaram que acompanharam a gravidez, indo com as mulheres realizar a ultrassonografia e/ou no pré-natal, comprando comida para as grávidas, decidindo o nome da criança, trocando fralda e dando banho nas crianças. Nesse sentido, também escutamos alguns relatos de participação ativa na criação de irmãos(ãs) mais novos(as), incluindo cozinha, cuidado e proteção de um padrasto violento.

A distância ou ausência dos pais é marcada pelo racismo, machismo e classismo (de Garay, 2018), que ao tempo em que (super)encarcera, explora e mata os homens - tal como relatado por Magdaleno, que contou que sente muita falta da presença de um pai, de jogar bola e conversar com ele, pois este morreu nas mãos do tráfico quando ele tinha três anos- não permite que tenham experiências gratificantes no cotidiano da paternidade (Figuroa, 2013). Contudo, existem vozes dissidentes, que assinalam que moram com o pai ou que, mesmo estando separados, os encontram muito. Também observamos muitos homens na visita familiar, inclusive alguns idosos, o que também foi reconhecido por elas como um fenômeno crescente e que confirmamos nas entrevistas com os jovens. Magdaleno diz que apesar de não ter filhos, ele seria um bom pai. Para ele, ser bom pai é estar presente na criação e cuidado dos filhos.

Outro jovem falou que “queria ter filhos para cuidar”. Ao perguntarmos como faria para sair à noite, ele disse que a mulher dele ou a sogra fariam isso. Para ele, cuidar seria “levar na pracinha, comprar coisas pra ele”. Novamente, vemos de que forma o cuidado é marcado pela “paternidade-ostentação”, no momento em que é circunscrito ao espaço público e à capacidade de oferecer um status.

Assim, é interessante destacar o trabalho realizado na Semana do Bebê, onde profissionais focam na construção de paternidades com os jovens, por exemplo, propondo fotografias deles com brinquedos para criança, fomentando, através da apresentação estética de si, talvez diferente àquela do registro da “ostentação”, o exercício de outras performatividades e responsabilidades. Para que ele se veja e possa se mostrar de outras formas. Também foram relatadas ações específicas para garantir que os jovens pudessem registrar as crianças e/ou que recebessem as visitas delas - às vezes inclusive para conhecê-las, pois haviam sido apreendidos antes delas nascerem-, apesar dos obstáculos burocráticos e jurídicos e, em alguns casos, do desejo das mães das crianças de se afastarem dos jovens. Assim, ao invés de reprovar a “paternidade adolescente”, esse tipo de iniciativa busca construir outros significados para ela e favorecer que os jovens construam esses vínculos.

Nos parece que essa é uma iniciativa interessante para desestabilizar noções cristalizadas como a da “família desestruturada”, dispositivo do saber psicológico que tem se instaurado na delimitação racista e classista das infâncias e juventudes consideradas “perigosas” (Cruz, Hillesheim e Guareschi, 2005), bem como a insistência em que uma paternidade ausente teria como consequência condutas criminosas dos filhos, associando o exercício da paternidade à ordem, ao estabelecimento de limites e à responsabilidade (Moreira e Toneli, 2013).

Nesse sentido, com o exercício da árvore genealógica usada na Semana do Bebê, insistimos “na apresentação da multiplicidade de configurações e trajetórias familiares, e de que forma consideramos que a abertura para a diversidade e o questionamento à família tradicional, sustentada por noções burguesas, machistas e cisheteronormativas, pode estar vinculada a uma busca de relações igualitárias, responsáveis, justas e livres” (de Garay, 2018, p.303).

Conclusões

A partir dos resultados apresentados, podemos pensar em alguns agenciamentos molares que operam através de estratégias de reafirmação de um modelo territorializado no contexto de desigualdade social, racial, geracional e de gênero. “Vemos assim uma masculinidade capitalística, como projeto social que nos impacta a todos(as) através de dispositivos como a ostentação, em uma lógica que opera através das instituições-organização como as facções do tráfico” (de Garay, 2018, p.203). Assim, a “ostentação”,

expressão utilizada por esses jovens para expressar um estilo de vida e um comportamento considerados valiosos, “faz parte dos valores capitalísticos dos modos de vida oferecidos pelas facções, especialmente aos homens” (de Garay, 2018, p.124).

Como vimos, nas trajetórias da maioria dos jovens na instituição, é possível observar produções específicas de performatividades masculinas, a partir de repertórios excludentes e hierárquicos, e de mecanismos que cerceiam seu acesso

a elementos valorizados pela sociedade, tais como a estética branca, o poder aquisitivo e o reconhecimento intelectual e cultural. Neste sentido, através de distintos processos, muitos deles encontram nos grupos do narcotráfico ou em outras formas de crime um acesso a recursos econômicos, sociais, territoriais e inclusive amorosos e sexuais. Isto, cabe esclarecer, não significa que todos os jovens que pertencem a comunidades periféricas, empobrecidas e diaspóricas vejam esta possibilidade como a melhor ou a única, nem tampouco que jovens pertencentes a outras comunidades não se envolvam em situações de ilegalidade ou violência, mas a desigualdade social, que usa e produz falhas no sistema de justiça, impacta diretamente as trajetórias destes jovens, e o sistema socioeducativo é uma das instituições que vai forjando os territórios existenciais possíveis (de Garay, Nascimento e Uziel, 2017, p.100, tradução nossa).

Por sua vez, o contexto de instituições de privação de liberdade para jovens, especialmente na conjuntura atual no Brasil, é constantemente reafirmada como um “terminal de linhas de sufoco (violência, desigualdade, incapacidade de garantia de direitos)” (de Garay, Nascimento e Uziel, 2017, p.101), o que exige compromissos éticos e estéticos tanto na elaboração e implementação de políticas públicas, quanto no trabalho coletivo, cotidiano e micropolítico das unidades. É nesse sentido que o trabalho com as paternidades dos jovens convoca nosso corpo vibrátil que insiste em experimentar os diferentes afetos que a escuta atenta essas histórias mobiliza. Pensar sobre a forma como as paternidades são construídas em articulação com as performatividades masculinas, assim como identificar e potencializar colaborativamente as linhas de fuga que as experiências e noções de paternidade oferecem, pode ser uma oportunidade para desterritorializar códigos enrijecidos de gênero e sexualidade.

Para tal exercício, é fundamental pôr em análise as noções naturalizadas de paternidade e de responsabilidade paterna, procurando a busca de continuidades e rupturas nos jogos de força que são marcados pelos dispositivos de gênero, raça, sexualidade, geração, classe social e localidade (Moreira e Toneli, 2014). É necessário um cuidado na hora de fazer estas análises, de forma que não se reproduza a culpabilização individual, mas que se procure formas coletivas de se relacionar e de ser família. Nos parece que só dessa forma será possível propor alternativas de afeto, de comunidade e de vida. Alternativas que não contenham tom de um suposto

progresso, a partir da imposição de verdades e moralidades, mas de questionamento dos acontecimentos sociais, econômicos e culturais que têm tornado possível que se instituem certas performatividades masculinas e certas paternidades pautadas pela subjetividade capitalística.

A “paternidade-ostentação” longe de constituir um território fixo, se apresenta como uma forma de ser pai, de cuidar, de prover, de pensar em necessidades e desejos possíveis dos(as) filhos(as). Inscrita numa lógica capitalística, se apresenta como mais uma possibilidade de ostentar, tanto de exibir a prole, quanto de oferecer o que não se esperaria de alguém da sua classe social e nível de escolaridade. O que transborda, o exagero, o excesso, quando não há o básico, muitas vezes, esta é uma entre as muitas possibilidades do exercício da parentalidade. Buscar a proliferação de sentidos de ser homem e ser pai na afirmação de potência de vida, de experimentação de singularidades e territórios existenciais é o nosso desafio.

Agradecimientos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Notas

¹ Guattari e Rolnik (1996) apresentam as noções de “molar” e “molecular”. O plano do molar é o plano das formas e suas representações, das diferenças sociais mais amplas, da política, da constituição das grandes identidades. O plano do molecular é o plano das sensações, dos processos. No entanto, não existe uma oposição entre ambos planos. Como aponta Guattari e Rolnik (1996, p. 128): “o molecular, como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro” e também “a produção molar de subjetividade se acompanha necessariamente por uma negociação mínima de processos moleculares”.

² “A própria essência do lucro capitalista está em que não se reduz ao campo da plusvalia econômica: está também na tomada de poder sobre a subjetividade” (Guattari e Rolnik, 1996, p.27).

³ A Semana do Bebê em geral ocorre no mês de agosto em unidades masculinas e femininas do Degase, em uma parceria com o UNICEF, para o desenvolvimento de atividades como palestras e oficinas com jovens em privação de liberdade cujos temas são paternidade e maternidade.

⁴ Os nomes dos jovens são fictícios, inspirados nos nomes de um grupo de jovens mexicanos que, em 2014, foram desaparecidos por agentes de segurança do Estado mexicano, em coalizão com cartéis do tráfico de drogas, o que produziu solidariedade internacional e discussões sobre a violência em outros contextos, especialmente direcionada a homens jovens etnicamente, racialmente e socialmente minoritários. Mesmo sabendo das diferenças entre as trajetórias dos jovens mexicanos e as dos jovens do Degase, usamos os nomes dos mexicanos como forma de homenagem.

Bibliografia

- Alvarez, J. e Passos, E (2009). Cartografar é habitar um território existencial. Em Kastrup, V., Passos, E. e Escóssia, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade* (pp. 131-149). Porto Alegre, Brasil: Editorial Sulina.
- Barker, G. (2008). *Homens na linha de fogo*. Rio de Janeiro, Brasil: 7Letras.
- Batista, V. M. (2006) Prefácio. Em Zaccone, O. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas*. (pp. 7 e 8). Rio de Janeiro, Brasil: Revan, 2007.
- Brasil. Lei 8.069. (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*.
- Brasil, Lei 12.594 (2012). *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*.
- Cruz, L., Hillesheim, B. e Guareschi, F. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 42-49.
- de Garay, J. (2018). *O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
- de Garay, J.; Nascimento, M. e Uziel, A. (2017). Hombres jóvenes en privación de libertad: Anotaciones de una investigación psicosocial con perspectiva feminista. *Psicoperspectivas*, 16(2), 96-102.
- Figueroa, J. (2013). Algunas reflexiones sobre el estudio de los hombres desde el feminismo y desde los derechos humanos. *Estudios Feministas*, 21 (1), 371-393.
- Fonte, S.A.M. (2014) Paternidade sem conjugalidade na trajetória de homens pertencentes às camadas médias de Recife. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil.
- Guattari, F. e Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Hillesheim, B.; Da Cruz, L. e Somavilla, V.(2008). Encontro, intervenção, acontecimento: pesquisa e produção do novo. Em Bonabmigo, I. et. al. *As práticas da Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação* (p. 55-63). Porto Alegre, Brasil: Abrapso Sul.
- Machado, L. (2004). Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na

sociedade contemporânea. Em Schpun, M. (Org.) *Masculinidades* (p.35-78). São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial.

Moreira, L. e Toneli, M. (2014). Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 388-398.

Nascimento, M., Segundo, M. e Barker, Gary. (2011). Reflexões sobre a saúde dos homens jovens: uma articulação entre juventude, masculinidade e exclusão social. Em: Gomes, R. (org). *Saúde do homem em debate* (pp. 111-128). Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fiocruz.

Orlandi, R. e Toneli, M.(2005). Sobre o processo de constituição do sujeito face à paternidade na adolescência. *Psicologia em Revista*, 11(18), 257-267, dez. 2005.

Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Brasil: Estação Liberdade.

* * *

Recibido:07.05.18

Acceptedo: 31.07.18